

LISBOA,

6 7 E 8 DE JULHO DE 2017

V CONGRESSO INTERNACIONAL

EDUCAÇÃO, INCLUSÃO
E INOVAÇÃO

ATAS

PARTE I – TEXTOS
COMPLETOS

COM O ALTO PATROCÍNIO
DE SUA EXCELÊNCIA



O Presidente da República

V Congresso Internacional EDUCAÇÃO, INCLUSÃO E INOVAÇÃO 2017

TEXTOS COMPLETOS



FICHA TÉCNICA

Livro de Atas do V Congresso Internacional da Pró-inclusão: Associação Nacional de Docentes de Educação Especial - "EDUCAÇÃO, INCLUSÃO E INOVAÇÃO".

Parte I – Textos Completos.

Organização

Pró-Inclusão: Associação Nacional de Docentes de Educação Especial – Portugal

Editores

Luzia Lima-Rodrigues

David Rodrigues

Lília Aguardenteiro Pires

Margarida Loureiro

Designer

Christina Rebouço

ISBN

ISBN: 978-989-97306-1-8

Edição

Pró-Inclusão: Associação Nacional de Docentes de Educação Especial

Lisboa, Portugal, 2017 | www.proandee.weebly.com

Suporte: eletrónico

Formato: PDF / PDF/A

Nota Editorial

Os textos completos e os respetivos resumos publicados neste livro de atas, partes I e II, não seguem obrigatoriamente o acordo ortográfico. A ortografia, assim como a grafia, a opinião e a idoneidade dos textos são única e exclusivamente da responsabilidade dos seus autores.

APOIOS

COM O ALTO PATROCÍNIO
DE SUA EXCELENÇA



COMISSÕES

COMISSÃO CIENTÍFICA

David Rodrigues
Luzia Lima-Rodrigues
Joaquim Colôa
Ana Maria Ferreira
Isabel Lopes
Margarida Loureiro

COMISSÃO ORGANIZADORA

David Rodrigues - Coordenador
Alcinda Almeida
Ana Maria Ferreira
Ana Rosa Trindade
Carla Hébil
Dídia Lourenço
Fátima Craveirinha
Helena Neves
Isabel Lopes
Joaquim Colôa
Lília Aguardenteiro Pires
Luzia Lima-Rodrigues
Margarida Loureiro
Nelson Santos
Olga Margarida Sá
Sofia Duarte Andrade

ANÁLISE DAS NECESSIDADES DAS CRIANÇAS COM NECESSIDADES DE APOIO COMPLEXAS E INTENSAS NOS PARCEIROS EUROPEUS DO PROJETO ENABLIN+

Adelinda Candeias, António Portelada, Maria João Carapeto, Cátia Coelho
& Nuno Costa

RESUMO

No presente estudo, desenvolvido no âmbito do projeto ENABLIN+, propomos uma análise das necessidades de apoio complexas e intensas de crianças e jovens, assim como das barreiras que se colocam à sua inclusão de acordo com as percepções dos profissionais que com elas trabalham. Utilizamos o questionário "Needs analysis questionnaire", aplicando-o a profissionais (N=208) de todo o continente português, por forma a responder a duas questões de investigação: "Que características apresentam as crianças com necessidades de apoio intensas e complexas?" e "Quais são as barreiras à sua inclusão?". É importante conhecer as barreiras mais frequentes e quais as necessidades de apoio mais prementes por forma a desenvolver uma formação mais pertinente. Apesar da Convenção das Nações Unidas de 2006 para os Direitos das pessoas com deficiência garantir que os direitos das crianças com NACI devem ser cumpridos, verificamos que ainda há desafios a ultrapassar. O grau de inclusão varia de país para país na Europa. A Itália e Portugal serão dos mais inclusivos, em termos de medidas legislativas, onde a maioria das crianças está incluída na educação regular, porém os direitos destas crianças não são garantidos de igual forma, embora estejam em marcha diversas iniciativas orientadas para a implementação de modelos de intervenção centrados na qualidade de vida, na inclusão e na participação.

Palavras-chave: necessidades de apoio complexas e intensas; inclusão, qualidade de vida

ABSTRACT

In the present study, developed within the scope of the ENABLIN + project, we propose an analysis of the complex and intense support needs of children and young people, as well as the barriers to their inclusion according to the perceptions of professionals who work with them. We used the "Needs analysis questionnaire" questionnaire, applying it to professionals (N=208) from all over the Portuguese continent, in order to answer two research questions: "What characteristics do children with intense and complex support needs present?" and "What are the barriers to their inclusion?". It is important to know the most frequent barriers and the most pressing support needs in order to develop more relevant training. Although the 2006 United Nations Convention on the Rights of Persons with Disabilities ensures that the rights of children with NACI are to be met, we find that

there are still challenges to overcome. The degree of inclusion varies from country to country in Europe. Italy and Portugal will be the most inclusive in terms of legislative measures, where most children are included in regular education, but the rights of these children are not guaranteed in the same way, although a number of initiatives are oriented towards the implementation of models centred on quality of life, inclusion and participation.

Keywords: complex and intense support needs; inclusion, quality of life

1. INTRODUÇÃO

O projeto ENABLIN+ é uma parceria europeia e de desenvolvimento de formação profissional multilateral, dentro do Programa Leonardo Life Long Learning. O projeto é destinado a crianças e jovens com necessidades de apoio complexas e intensivas (NACI) e aos seus cuidadores, técnicos e apoiantes. O programa pretende desenvolver um sistema interdisciplinar de formação contínua no qual profissionais e pais com diferentes experiências e áreas profissionais aprendam juntos com o objetivo de melhorar a inclusão, promover a desinstitucionalização e melhorar a qualidade de vida das crianças com NACI, em diferentes faixas etárias. Também responde à necessidade urgente de formação tendo sido sinalizado este aspeto em países mais ricos e mais pobres membros da União Europeia (UE), de forma a atender à crescente exigência de apoio a crianças e jovens com NACI e cumprir a Convenção das Nações Unidas de 2006 para os Direitos das Pessoas com Deficiência, forçando os países a adotarem medidas de desinstitucionalização e organizar/estruturar a possibilidade de incluir as crianças com deficiência nas escolas e vida normal. Atualmente a formação profissional, apenas prepara os profissionais para lidar com as questões anteriormente referidas. Existe assim uma necessidade de colaboração transdisciplinar entre todos os indivíduos envolvidos: pais, professores, pessoas que apoiam na vida quotidiana, equipa médica e técnicos de reabilitação e de formação profissional.

Para este efeito, o projeto pretende realizar uma análise das necessidades, a procura e descrição de exemplos de boas práticas, desenvolver um conjunto de módulos de formação nas línguas de todos os parceiros envolvidos no projeto EN, NL, FR, IT, RO, HU e BG, orientar a avaliação das necessidades de suporte, desenvolver atitudes de equipa, crenças e sistemas conceptuais, valorização das competências comunicacionais das crianças, atividades da vida diária, regulação do comportamento, ativação e participação na aprendizagem e escolaridade inclusiva. Os módulos podem ser on-line, bem como em sessões reais. Será organizada uma escola internacional de verão. Os resultados serão divulgados através de boletins informativos, artigos profissionais, um manual e DVD.

Este estudo apresenta, pois, parte dos resultados de uma amostra portuguesa no contexto do projeto Enablin+, no que respeita à caracterização das NACI de crianças e jovens bem como das barreiras à sua inclusão, do ponto de vista dos profissionais que com elas trabalham.

1.1. Contextualização Teórica

As crianças e jovens adultos com necessidades de apoio complexas e intensas (NACI), às vezes chamadas de "deficiência intelectual profunda" ou "politípica", ou "deficiências múltiplas", são difíceis de colocar numa categoria (Goldbart, Chadwick, & Buell, 2014). Elas têm, de fato, múltiplas necessidades: são difíceis de incluir nas escolas regulares, necessitando de muitos cuidados e atenção. Inclusivamente estas crianças geralmente têm múltiplas deficiências e severas restrições na participação e atividades da vida diária, autocuidado, educação, comunicação, mobilidade e atividades de lazer (Bellamy, Croot, Bush, Berry & Smith, 2010; Lebeer, 2015). Os profissionais que as apoiam geralmente não se encontram bem preparados e os seus familiares também necessitam de ser apoiados.

Após a Convenção das Nações Unidas de 2006 sobre os direitos das pessoas com deficiência, ficou decidido que os países participantes têm o dever de promover a inclusão social, através da desinstitucionalização do ensino das crianças com deficiência (Verdugo et al. 2012, Gómez, Arias, Verdugo, Tassé, & Brown, 2015). Esta noção de inclusão social não é algo de fácil implementação (Haug, 2016), para além das características e necessidades destas crianças e jovens assinaladas acima, não existe uma intervenção precoce eficiente no momento fulcral do seu desenvolvimento. Tanto os pais como os profissionais não possuem formação necessária para apoiar devidamente as suas crianças, constituindo esta falta de capacidade por parte dos cuidadores uma barreira à inclusão (Amr, Al-Natour, Al-Abdallat, Alkhamra, 2016).

A política de inclusão apresenta défices ao nível de recursos humanos, existindo uma grande falta de profissionais dedicados, e défices de competências por parte dos profissionais no apoio destas crianças em escolas convencionais ou em outras configurações inclusivas (Verdugo & Aguilera, 2008).

A razão pela qual essas situações continuam a existir pode ser justificada pela falta de crença de que é possível e útil incluir estas crianças, mesmo com deficiência intelectual grave, no ensino regular. Os profissionais aprendem várias técnicas e estudam diversos modelos de intervenção, mas o que falta é uma atitude positiva e um sistema de crença perante a possibilidade de inclusão destas crianças e acreditarem que estas podem aprender (Woodcock, 2013; Gooldbart et al., 2014; Cameron, 2017).

Portanto a formação básica dos profissionais necessita de abordar as questões de atitude positiva e ética, bem como aspetos práticos. Deve-se fomentar a ideia de que é possível e vale a pena tomar iniciativas inclusivas que, a longo prazo se repercutem na qualidade de vida de todos (incluindo aqueles que apoiam) (Haug, 2016). Para atingir este objetivo de inclusão, é necessária uma colaboração transdisciplinar de todas as partes interessadas: pais, professores, pessoal de apoio da vida diária, pessoal médico e de reabilitação e pessoal de formação vocacional (Vlachou, Karadimou, & Koutsogeorgou, 2016).

As formas de intervenção que funcionam e apresentam resultados positivos, muitas vezes permanecem no seu local de origem, na família, na instituição, no país, devido a barreiras linguísticas e organizacionais. Todos nós poderíamos beneficiar de uma troca de experiências a nível internacional. Para atingir esse objetivo, a cooperação entre os pais e os profissionais deve ser fortalecida, e os modelos de formação em serviço devem ser desenvolvidos, de forma a beneficiar as instituições, os profissionais e a família, nas abordagens de ativação intelectual e inclusão. Daí o nome "ENABLIN +", que tem dois aspetos (permitindo o oposto da deficiência, isto significa: permitir que a pessoa funcione).

1.2. Contextualização Metodológica

1.2.1. Objetivo do estudo

Neste estudo propomos uma análise das necessidades de apoio complexas e intensas de crianças e jovens, assim como das barreiras que se colocam à sua inclusão de acordo com as percepções dos profissionais que com elas trabalham.

1.2.2. Participantes

Participaram neste estudo 208 profissionais (dos quais 75,5 % são mulheres; n=157), porém apenas 181 assinalaram a sua área profissional. A maioria dos participantes são professores (50,5 %), porém verifica-se uma grande diversidade de respondentes (psicólogos, terapeutas, e técnicos de serviço social).

Tabela 1 - Caracterização dos respondentes por área profissional

Área Profissional do Participante	Frequência	%
Psicólogos/as	36	17,3
Professores	105	50,5
Técnicos/as Serviço social	2	1,0
Terapeutas da fala	21	10,1
Psicomotricistas	5	2,4
Fisioterapeutas	5	2,4
Terapeutas ocupacionais	8	3,8
Não indicam	26	12,5
Total	208	100,0

Os participantes têm uma média de idades de 40,45 anos de idade (mínimo = 21, máximo = 60) e, na sua maioria, habilitações ao nível da licenciatura (61,5 %) e mestrado (23,1%).

1.2.3. Instrumento

Para a recolha de dados juntos dos profissionais utilizou-se o "Questionnaire of practitioners Working with Children and Young People with CINS – Teacher's Perceptions" (QP-CINS-TP) Comissão Científica do projeto, construído no âmbito do projeto Enablin+. Este inclui questões de resposta fechada e de resposta aberta, sobre as temáticas seguintes:

- Caraterização sociodemográfica dos profissionais inquiridos: profissão, idade, sexo e habilitações académicas;
- Breve descrição da atividade do profissional com as crianças e jovens com necessidades de apoio complexas e intensas com que trabalha: quantos/as; duração em horas do apoio semanal (individual, em grupo e em sala de aula);
- Caraterização das crianças com que trabalha e suas necessidades: idade, tipologia das necessidades de apoio (domínios: cognitivo; motor; sensorial, auditivo e visual; comunicação e linguagem; dificuldades de autonomia pessoal; e dificuldade de saúde); onde estão a maior parte do seu tempo (escola regular, instituição especializada, escola especial, família);
- Barreiras e dificuldades ambientais (questão de resposta aberta).

Foi preparada uma versão para aplicação electrónica, utilizando-se a plataforma LimeSurvey (versão 2.05) para o efeito.

1.2.4. Procedimento

Num primeiro momento, efetuou-se a construção do questionário pela comissão científica do projeto ENABLIN+ (composta por sete especialistas de seis países e áreas profissionais diversas: professores do ensino regular, professores de educação especial, terapeutas e médicos) em três momentos:

1. Primeiro realizou-se uma pesquisa bibliográfica sobre as "necessidades de de apoio e as barreiras das crianças e jovens com NACI", que integram as questões iniciais e os objetivos orientadores do questionário.
2. Segundo, a Comissão Científica reuniu-se e discutiu o conteúdo, o formato e a estrutura do questionário, tendo chegado a uma versão experimental.
3. Terceiro, os questionários foram preenchidos por uma pequena amostra de profissionais em cada um dos países parceiros do projeto ENABLIN+. Os dados recolhidos foram apresentados e discutidos numa sessão pública em Varna, em setembro de 2014. Tendo em conta as indicações e os resultados recolhidos, foi decidido manter o formato das questões e das respostas, e procedeu-se ao inquérito definitivo.

Foi solicitada permissão, à Direção-Geral de Educação, através do sistema de Monitorização de Inquéritos em Meio Escolar, para aplicação dos inquéritos entre os professores das escolas portuguesas, tendo essa permissão sido concedida. Solicitou-se também o apoio do Ministério da Educação para contactar as escolas e professores. Cada escola ou agrupamento de escolas disseminou o link do questionário entre os professores, que responderam e devolveram o questionário para um e-mail criado especificamente para esse fim. De modo idêntico, um conjunto amplo de instituições tuteladas por outros Ministérios (Segurança Social, Saúde) que desenvolvem trabalho de apoio a crianças e jovens com necessidades de suporte complexas e intensas, foram também conctatadas para colaborar e para que os seus técnicos respondessem ao questionário. A versão electrónica do questionário foi enviada aos potenciais participantes no território nacional (Continente).

Para garantir a confidencialidade e anonimato das respostas dos participantes, os questionários devolvidos e preenchidos, através da plataforma LimeSurvey, estavam numerados e sem qualquer referência ao respondente. A base de dados gerada pela plataforma LimeSurvey foi transferida e convertida para uma base de dados do software SPSS (versão.22), programa que foi depois utilizado para a análise de parte dos dados (quantitativos e categoriais).

As respostas à questão aberta foram analisadas através do procedimento de análise de conteúdo (Bardin, 2008), que explicitaremos adiante.

1.3. Apresentação, Análise e Discussão dos Resultados

Começamos por apresentar a análise das necessidades de apoio complexas e intensas das crianças e jovens com quem os profissionais inquiridos trabalham; de seguida analisaremos, as barreiras que se colocam à sua inclusão de acordo com as percepções dos mesmos profissionais.

1.3.1. Caracterização das crianças apoiadas e das necessidades que apresentam do ponto de vista dos profissionais que com elas trabalham

1.3.1.1. Caracterização da idade das crianças

De acordo com os resultados da Tabela 2, constata-se que uma boa parte dos inquiridos trabalha com crianças e jovens pertencentes a mais do que uma das categorias de idade consideradas. Verifica-se também que a maioria dos inquiridos trabalha com crianças com necessidades de apoio complexas e intensas na idade escolar, respetivamente 64,4% com crianças com idades entre os 13 e os 18 anos e 63,5% com crianças com idades entre os 6 e os 12 anos. Por outro lado, 19,2% trabalha com crianças de uma faixa etária dos 3 aos 5 anos. Menor número de profissionais trabalha com crianças e jovens cuja idade é menos frequente nos estabelecimentos escolares: 7,2% trabalham com crianças com idades entre os 19 e os 21 anos e apenas 6,7% dos participantes trabalham com crianças dos 0 aos 2 anos.

Tabela 2 - Idade das crianças e jovens a quem os profissionais prestam apoio (N = 208)

Idade	Frequência	%
0-2 anos	14	6.7
3-5 anos	40	19.2
6-12 anos	132	63.5
13-18 anos	134	64.4
19-21 anos	15	7.2

1.3.1.2. Caracterização das necessidades de apoio

Os resultados da Tabela 3, sugerem que os mesmos profissionais trabalham simultaneamente com crianças com diferentes necessidades de apoio, assim como que as necessidades de apoio das crianças e jovens com NACI são diversas e podem existir em simultâneo. As necessidades frequentemente evidenciadas pelos participantes são ao nível do domínio cognitivo (81% dos inquiridos), seguindo-se as necessidades de apoio no domínio da comunicação e da linguagem (67,9%), ao nível da autonomia pessoal (52,6%), e ao nível motor (46,4%). Referidas por menos participantes, surgem as necessidades de apoio no domínio sensorial, auditivo e visual (29,7%) e, por fim, as necessidades de apoio relativamente à saúde (25,4%).

Tabela 3 - Caracterização das crianças e jovens com que os inquiridos trabalham, em função das necessidades de apoio que apresentam (N = 208)

Necessidades	Frequência	%
Domínio Cognitivo	170	81.3
Domínio Motor	97	46.4
Domínio Sensorial, Auditivo e Visual	62	29.7
Domínio Comunicação e Linguagem	142	67.9
Dificuldades Autonomia pessoal	110	52.6
Dificuldade de Saúde	53	25.4

1.3.1.3. Caracterização do local onde passam a maior parte do tempo

De acordo com a Tabela 4, é notória a inclusão das crianças com necessidade de apoio complexas e intensas em escolas regulares, dos participantes 81,7% mencionaram que o local onde as crianças e jovens com NACI passam a maior parte do seu tempo é na escola regular; 25% dos inquiridos menciona a família como um dos contextos nos quais as crianças permanecem a maior parte do seu tempo; e apenas 6% em instituições especializadas, nomeadamente os jovens em idade pós-escolar.

Tabela 4 - Caracterização do local onde passam a maior parte do tempo

Local	Frequência	%
Escola Regular	170	81.7
Instituição de Educação Especial	6	2.9
Escola Especial	7	3.4
Família	25	12.0
Total	208	100

1.3.2 Caracterização do apoio prestado pelos profissionais

A Tabela 5 mostra as estatísticas descritivas do apoio fornecido pelos inquiridos relativamente ao número de crianças e jovens com necessidades de apoio complexas e intensas com quem trabalham, bem como à duração do apoio semanal prestado em diferentes contextos (individual, em grupo ou em sala de aula), separadamente para cada área profissional.

Tabela 5 - Estatísticas descritivas do apoio fornecido pelos profissionais

Profissionais	Apoio	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio padrão
Psicólogo	Quantos alunos apoia	32	,00	54,00	25,00	16,58
	Apoio individual (h)	26	1,00	30,00	5,96	10,49
	Apoio grupo (h)	9	1,00	22,00	6,88	8,34
	Apoio em sala de aula (h)	6	1,00	8,00	3,16	2,63
Professor	Quantos alunos apoia	100	1,00	30,00	11,29	6,96
	Apoio individual (h)	62	1,00	18,00	3,15	2,86
	Apoio grupo (h)	67	1,00	27,00	7,07	6,52
	Apoio em sala de aula (h)	59	1,00	22,00	5,47	5,48
Técnico serviço social	Quantos alunos apoia	2	50,00	62,00	56,00	8,48
	Apoio individual (h)	-	-	-	-	.
	Apoio grupo (h)	2	7,00	15,00	11,00	5,65
	Apoio em sala de aula (h)	1	8,00	8,00	8,00	.
Terapeuta da fala	Quantos alunos apoia	20	4,00	42,00	28,40	9,83
	Apoio individual (h)	14	1,00	32,00	3,21	8,28
	Apoio grupo (h)	6	1,00	8,00	2,16	2,85
	Apoio em sala de aula (h)	3	1,00	5,00	2,33	2,30
Psicomotricista	Quantos alunos apoia	5	4,00	43,00	26,00	14,78
	Apoio individual (h)	5	1,00	1,00	1,00	,00
	Apoio grupo (h)	3	1,00	2,00	1,33	,57
	Apoio em sala de aula (h)	1	1,00	1,00	1,00	-
Fisioterapeuta	Quantos alunos apoia	5	15,00	35,00	24,40	9,04
	Apoio individual (h)	4	1,00	4,00	1,75	1,50
	Apoio grupo (h)	-	-	-	-	-
	Apoio em sala de aula (h)	1	1,00	1,00	1,00	.
Terapeuta ocupacional	Quantos alunos apoia	7	6,00	80,00	38,14	22,26
	Apoio individual (h)	6	1,00	25,00	7,83	10,81
	Apoio grupo (h)	4	1,00	8,00	3,00	3,36
	Apoio em sala de aula (h)	3	1,00	10,00	4,00	5,19

1.3.2.1. Número de alunos apoiados, por grupo profissional

Os resultados na Tabela 5 sugerem que o grupo de profissionais que trabalha com um maior número de crianças e jovens com necessidades de apoio complexas e intensas são os Professores (n=100), seguindo-se Psicólogos (n=32), Terapeutas da Fala (n=20), Terapeutas Ocupacionais (n=7), Psicomotricistas (n=5), Fisioterapeutas (n=5) e, por fim, Técnicos de Serviço Social (n=2). Estes dados podem dever-se ao facto de o grupo dos Professores estar

em contextos de trabalho em que a inclusão e o contacto com crianças e jovens com NACI é mais frequente e habitual ocorrer.

1.3.2.2. Duração do apoio, em função do local em que é prestado e da área profissional do inquirido

Relativamente à média de horas semanais que os profissionais trabalham de forma individual com crianças e jovens com NACI, o valor mais elevado é o dos Psicólogos (=5,96), seguidamente dos Terapeutas Ocupacionais (=3,21), Terapeutas da Fala (=3,2143), Professores (=3,15), Fisioterapeutas (=1,17), Psicomotricistas (=1,00) e, por fim, os Técnicos de Serviço Social não trabalham de forma individual com crianças e jovens com NACI.

Na duração dos apoios em contexto de grupo, destacam-se os Técnicos de Serviço Social (=11,00), os Professores (=7,07), em seguida os Psicólogos (=6,88), posteriormente os Terapeutas Ocupacionais (=3,00), seguindo-se, Terapeutas da Fala (=2,16) e, finalmente, Psicomotricistas (=1,33). O grupo profissional dos Fisioterapeutas não mencionou a realização de trabalho em grupo.

Os profissionais que em média despendem mais tempo a trabalhar com crianças e jovens NACI em contexto sala de aula são os Técnicos de Serviço Social (=8,00), seguidos dos Professores (=5,47), os Psicólogos (=3,16), depois os Terapeutas Ocupacionais (=4,00), os Terapeutas da Fala (=2,33), os Psicomotricistas (=1,00) e Fisioterapeutas (=1,00). É de assinalar que são os Técnicos de serviço social que apoiam crianças e jovens com NACI em contexto sala de aula durante mais horas, e não os professores.

1.3.3. Barreiras que se colocam à sua inclusão de acordo com as percepções dos mesmos profissionais

Relativamente à percepção dos participantes das barreiras que se colocam à inclusão de crianças e jovens com NACI, as respostas foram analisadas através do procedimento de análise de conteúdo (Bardin, 2008) em três fases:

1. Pré-análise: Foram reunidos os documentos necessários. A base de dados gerada por LimeSurvey foi convertida para uma base de dados software SPSS (versão22). Foi construído um documento com o alinhamento das respostas e procedeu-se a uma breve leitura das mesmas.

2. Exploração do material: As respostas foram codificadas e enumeradas em unidades de registo, e posteriormente classificadas e agregadas em categorias de acordo com um critério semântico. A categorização foi realizada por dois investigadores (juizes), de acordo com os

critérios de exclusão e relevância mútua. Foi gerada uma grelha de análise de conteúdo comum, por mútuo acordo, e partindo da grelha já existente do estudo prévio.

3. Por fim, com base na concordância, organizou-se uma lista de categorias principais que inclui 11 categorias (ver tabela 6) e procedeu-se à análise da sua frequência de modo a caracterizar as barreiras que se colocam à inclusão de crianças e jovens com NACI, de acordo com as percepções dos mesmos profissionais. Descrevendo as categorias:

- 1. Condições materiais:** inadequação ou inexistência dos materiais/tecnologias, face às necessidades das crianças com NACI;
- 2. Condições dos espaços:** inadequação dos espaços às necessidades;
- 3. Atitudes:** necessidade de modificar mentalidades ou atitudes que surgem como barreira à inclusão;
- 4. Assistência pessoal no dia-a-dia:** perceção do número de horas insuficiente para assistir individualmente cada jovem;
- 5. Apoio de especialistas:** necessidade de mais especialistas a trabalhar com os jovens;
- 6. Acesso ao ensino regular:** barreiras à inclusão no ensino regular;
- 7. Possibilidade de inclusão nas atividades de lazer:** dificuldades/barreiras à participação dos jovens em atividade de lazer;
- 8. Apoio familiar:** ausência de apoio familiar ou a necessidade de apoiar as famílias;
- 9. Necessidades de formação adequada:** falta de formação dos profissionais para lidar com as situações emergentes;
- 10. Apoios sociais na transição para a vida adulta:** poucas/nenhumas opções para os jovens, na sua trajetória para a vida adulta (e.g., trabalho);
- 11. Dificuldades de articulação escola-saúde-área social:** dificuldades na cooperação em rede e na interação entre diferentes serviços.

Tabela 6 - Barreiras que se colocam à sua inclusão de acordo com as percepções dos mesmos profissionais (F/%) (N=350)

Categorias	F(%)	Unidades de Registo (exemplos)
1.Condições Materiais	66 (18,85)	34.4. “Ausência de verbas para a Educação Especial, para além das dadas às Unidades” 54.3. “Falta de <i>software</i> de comunicação aumentativa
2.Condições dos espaços	9 (16,85)	8.11. “Muitas dificuldades várias ao nível das acessibilidade estruturais e sinaléticas” 30.1. “Acessibilidades” 122.2. “Inexistência de salas apropriadas aos apoios ou até mesmo de espaços para apoio individual” 131.2. “Barreiras arquitetónicas nas escolas”
3.Atitudes	26 (7,43)	1.5.” Ausência de expectativas em relação ao futuro” 72.3.” Discriminação pela comunidade”
4.Assistência pessoal no dia-a-dia	7 (2,00)	10. “Não terem com quem ficar durante o tempo de permanência da escola. É esse o motivo pelo qual aceitei estar com os mesmos”. 42. “Número de alunos apoio elevado, face às suas necessidades”
5.Apoio de especialistas	49 (14,00)	1.1. “Falta de docentes em Educação Especial” 7.1. “O elevado número de alunos que frequentam alguns apoios individualizados” 34.2. “Ausência de equipa multidisciplinar de apoio à escola(...)”
6.Acesso ao ensino regular	11 (3,14)	8.2. “Esquema curricular do secundário muito estanque, face à necessidade de realização de exames no 11º e 12º anos, para muitos dos casos acompanhados”

7.Possibilidade de inclusão nas atividades de lazer	5 (1,43)	8.10. “Escolas centradas no trabalho em sala de aula, perdendo-se a dinâmica dos projetos e clubes, tão importantes para a formação complementar, integral e contínua dos alunos”
8.Apoio familiar	48 (13,71)	1.4. “Dificuldades socioeconómicas dos pais” 22.2. “Famílias destruturadas” 102.1.” Família próxima: as famílias são maioritariamente disfuncionais e/ou uni parentais, de poucas condições económicas”
9.Necessidades de formação adequada	27 (7,71)	8.12. “Muitas dificuldades e pouca formação dos professores de Educação Especial ao nível do Desenvolvimento Curricular.” 29.2. “Falta de condições de trabalho, ou seja, há uma lacuna grande na formação e orientação destas crianças. Não basta classifica-las.”
10.Apoios sociais na transição para vida adulta	5 (1,42)	1.6. “Dificuldades na transição para a vida adulta (trabalho)” 8.3. “Respostas alternativas e exteriores à escola, que proponham formação adequada e inserção no emprego, muito diminutas para a maioria dos casos acompanhados em educação especial na escola”
11.Dificuldades de articulação escola-saúde-área social	26 (7,43)	34.6. “ Divergência entre as medidas aplicadas nos PEI dos alunos com base no Dec.-Lei 3/2008 e as que são permitidas pelo Júri Nacional de Exames 109.2. “ Colaboração insuficiente com os professores, técnicos e profissionais de saúde

No total, 350 unidades de registo foram codificadas nas 11 categorias exibidas na Tabela 6. As categorias referidas com mais frequência pelos respondentes foram as condições materiais (18,85%) (e.g., falta de financiamento, não existirem equipamentos de apoio adequados) e as condições dos espaços (16,85%) (e.g., dificuldades nas acessibilidades estruturais e sinaléticas, e pouca adequação dos espaços face às necessidades). Seguidamente, surge a categoria da necessidade de apoio de especialistas (14%) (e.g., número insuficiente de docentes) e a falta de apoio familiar (13,71%) (e.g., famílias destruturadas/disfuncionais, dificuldades económicas). Entre as mais representadas encontra-se a falta de formação

adequada (7,71%). As barreiras das atitudes (7,43%) (e.g., falta de expectativas, discriminação, desinvestimento) e das dificuldades de articulação escola-saúde-área social (7,43%) (e.g., difícil colaboração entre técnicos da área escolar, da saúde e área social, e burocracias) foram referenciadas com frequências similares. Barreiras tais como assistência pessoal no dia-a-dia (número de horas reduzido para prestar um apoio adequado às necessidades), as dificuldades no acesso ao ensino regular (e.g., pouca adaptação do ensino às necessidades específicas), a dificuldade em participar em atividades de lazer (fraca dinâmica para a realização de projetos complementares à formação) e dificuldades na transição para vida adulta (e.g., falta formação vocacional ou encontrar trabalho adequado) foram também relatadas pelos participantes.

1.4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A caracterização das necessidades e as barreiras dos profissionais e das famílias de crianças e jovens adultos com necessidades de apoio complexas e intensas (NACI) é crucial para um melhor apoio ao nível de formação e de partilha de informação. A inclusão destas crianças nunca será bem-sucedida sem a intervenção conjunta de todos os elementos participantes no processo educativo: profissionais, alunos, família, escola e sociedade (Amr et al., 2016; Verdugo & Aguilera, 2008). Este estudo aponta para uma integração massiva das crianças e jovens com NACI no sistema educativo pré-escolar e escolar (até aos 18 anos), é também do espaço escolar que estes alunos passam mais tempo e recebem a maioria dos apoios especializados. Estes resultados são ilustrativos dos avanços políticos, legislativos e administrativos ocorridos na última década em Portugal, demonstrando um claro compromisso com o cumprimento da Convenção das Nações Unidas de 2006 para os Direitos das pessoas com deficiência.

Neste estudo foi possível perceber que os profissionais lidam com crianças e jovens com múltiplas necessidade de apoio complexas e intensas nos domínios cognitivo, motor, sensorial, auditivo e visual, da comunicação e linguagem e dificuldades ao nível da autonomia pessoal e de saúde, embora, as necessidades mais mencionadas sejam as necessidades ao nível cognitivo, da comunicação e da linguagem. O que sugere uma formação de profissionais orientada para a sinalização, avaliação e intervenção para as múltiplas necessidades supra-mencionadas. Esta multiplicidade de características deste grupo de crianças e jovens requer uma intervenção multidisciplinar e integrada promotora do processo de inclusão educativa e social, nem sempre fácil e que pode constituir um forte obstáculo à inclusão, como defende Amr e colaboradores (2016).

Este requisito enfrenta ainda um conjunto de barreiras que comprometem o cumprimento mais abrangente da inclusão plena destas crianças e jovens. De entre o conjunto de barreiras identificadas destacam-se as condições materiais e dos espaços, nomeadamente as dificuldades económicas que condicionam o apoio técnico e económico às famílias, a aquisição de materiais técnicos e adaptação de edifícios e espaços às necessidades deste grupo de cidadãos. As barreiras associadas à escassez de profissionais das várias áreas de especialização associadas à falta de formação adequada, assim como a dificuldade de articulação e colaboração entre profissionais, continuam a persistir, embora com tendência decrescente por referência a estudos anteriores (Candeias et. al., 2009, 2015).

A finalizar realçamos a persistência de atitudes negativas face a estes cidadãos e à sua inclusão o que remete para a necessidade premente de continuar a trabalhar no sentido da inclusão social e educativa destes cidadãos sugerindo a necessidade de reforçar a política inclusiva, e a organização das instituições de educação, saúde e apoio social continuar a aperfeiçoar a cooperação e a articulação no sentido do bem-estar e da qualidade de vida da pessoa com NACI. Como têm vindo a defender diversos autores (Haug, 2016 & Vlachou, 2016), a formação básica dos profissionais necessita de abordar as questões de atitude positiva e ética, bem como aspetos práticos, como a colaboração transdisciplinar entre pais, professores, pessoal de apoio da vida diária, pessoal médico e de reabilitação.

Só desta forma é possível concretizar o processo de inclusão que a longo prazo se refletirá numa sociedade equilibrada e na qualidade de vida de todos.

1.5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Amr, M., Al-Natour, M., Al-Abdallat, B., Alkhamra, H. (2016). Primary school teachers' knowledge, attitudes and views on barriers to inclusion in Jordan. *International Journal of Special Education*, 31(1), 67-77.
- Bardin, L. (2008). *Análise de conteúdo* (5th Ed.). Lisbon: Edições 70. (Original work published 1940).
- Bellamy, G., Croot, L., Bush, A., Berry, H., & Smith, A. (2010). A study to define: profound and multiple learning disabilities (PMLD). *Journal of Intellectual Disabilities*, 14(3), 221-235. doi:doi:10.1177/1744629510386290

- Cameron, D. L. (2017). Teacher preparation for inclusion in Norway: a study of beliefs, skills, and intended practices. *International Journal of Inclusive Education*, 1-17. doi: 10.1080/13603116.2017.1326177
- Candeias, A. A., Rosário, A. C., Saragoça, M. J., Rebocho, M., Pastor, G., Coincas, J., and Rocha, O. (2009, Maio). Challenges to educational assessment and intervention: Reflections on the experience of implementation of ICF in Portugal. Paper presented at the International Conference - Changing Practices in Inclusive Schools, Universidade de Évora, Évora - Portugal. ABSTRACT retrieved from http://www.irisconference.uevora.pt/doc/Livro_RESUMOs.pdf
- Candeias, A., Rebelo, H., Saragoça, M., Lebeer, J. & Nunes, C. (2015). Teacher's perceptions about the training needs of professionals working with children and young people with complex and intense support needs. In: *EduLearn15 Proceedings: 7th International Conference on Education and New Learning Technologies*, Barcelona, 6th - 8th of July 2015. EduLearn. ISBN 978-84-606-8243-1 (Accepted for Publication).
- Conselho Nacional de Educação (2013). Recomendação n.º 4/2013, de 17 de maio de 2013 [Recommendation n.º 4/2013, 17th May 2013]. *Diário da República*. 2.ª Série. N.º 95. 15761-15765.
- Ministério da Educação e Ciência (2014). Decreto-Lei n.º 22/2014 de 11 de fevereiro. *Diário da República* n.º 29 – I Série. 1286-1291.
- Goldbart, J., Chadwick, D., & Buell, S. (2014). Speech and language therapists' approaches to communication intervention with children and adults with profound and multiple learning disability. *International Journal of Language and Communication Disorders*, 49(6), 687-701. doi: 10.1111/1460-6984.12098
- Gómez, L. E., Arias, B., Verdugo, M. Á., Tassé, M. J., & Brown, I. (2015). Operationalisation of quality of life for adults with severe disabilities. *Journal of Intellectual Disability Research*, 59(10), 925-941. doi: 10.1111/jir.12204
- Haug, P. (2016). Understanding inclusive education: ideals and reality. *Scandinavian Journal of Disability Research*, 19(3), 206-217. doi: 10.1080/15017419.2016.1224778
- Lebeer, J. (2015). Who are they? Assessing the needs of children with intensive and complex support needs (Report of Enablin+ Project Workpackage 1 – Delivery 1). Antwerp: University of Antwerp.

Verdugo, M. A. & Aguilera, A. R. (2008). Valoración de la inclusión educativa desde diferentes perspectivas. *Revista Española Sobre Discapacidad Intelectual*, 39(9), 5-25.

Verdugo M. A., Navas P., Gómez L. E., & Schalock R. L. (2012) The concept of quality of life and its role in enhancing human rights in the field of intellectual disability. *Journal of Intellectual Disability Research*, 56, 1036–45.

Vlachou, A., Karadimou, S., & Koutsogeorgou, E. (2016). Exploring the views and beliefs of parents of typically developing children about inclusion and inclusive education. *Educational Research*, 58(4), 384-399. doi: 10.1080/00131881.2016.1232918

Woodcock, S. 2013. Trainee Teachers' Attitudes towards Students with Specific Learning Disabilities." *Australian Journal of Teacher Education*, 38(8): 16–29.